



ADVOCATUS SUMMIT

PRINCIPAL EVENTO DE ADVOCACIA EM PORTUGAL REGRESSOU A

Lisboa

Texto **FREDERICO PEDREIRA**
Fotografias **HUGO AMARAL**

Após três edições em Lisboa e uma na cidade do Porto, a Advocatus Summit esteve de regresso. Tal como na última edição, este ano o principal evento que liga a advocacia de negócios aos agentes empresariais e da economia foi em formato digital e decorreu entre os dias 24 e 31 de maio.

Em debate estiveram os temas “Patentes e desenvolvimento económico”, “Hidrogénio e descarbonização”, “Reestruturações e Insolvências”, “Transição digital e pandemia: o futuro que se impôs”, “Contratos e Pandemia – Resolução, suspensão e modificação dos contratos em tempos de pandemia”, “Fundos Europeus – Novos Desafios”, “Sustentabilidade e obrigações verdes”, “Transparência Fiscal e sociedades multidisciplinares”, “Teletrabalho e o direito a desligar”, “As escolhas sustentáveis das empresas”, “A Fiscalidade na Economia Digital – Desafios da Regulação e da Tributação”, e “Banca, NPLs e o pós-pandemia”.

Ao todo foram doze painéis que contaram com participação e patrocínio das principais sociedades de advogados a operar em Portugal.

Os escritórios patrocinadores serão Abreu Advogados, CMS Rui Pena & Arnaut, Cuatrecasas, Miranda & Associados, Morais Leitão, PLMJ, PRA-Raposo, Sá Miranda & Associados, Serra Lopes, Cortes Martins & Associados, Sérvulo & Associados, SRS Advogados e Vieira de Almeida. E ainda a Moneris.



ID: 93496861

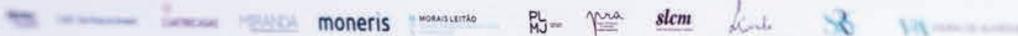
30-06-2021

ADVOCATUS SUMMIT

advocatus SUMMIT 2021

24 a 31 maio 2021

COM APOIO





“O LICENCIAMENTO OBRIGATÓRIO DAS VACINAS DA COVID-19 NÃO RESOLVE NADA!”

José Luís Arnaut defendeu que a questão da quebra de patentes é uma questão política, critica a primeira fase de vacinação e elogia a atual. É garante que ser Governo na altura da Troika foi mais difícil do que agora na pandemia. “Foi duro porque Sócrates deixou o país falido e de tanga”, explica o *managing partner* da CMS, Rui Pena & Arnaut, que estreia a 4ª edição da Advocatus Summit de Lisboa.

Texto **FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA**

Fotografias **HENRIQUE CASINHAS**

Com o tema “Patentes e desenvolvimento económico”, José Luís Arnaut, *managing partner* da CMS Rui Pena & Arnaut, foi o primeiro convidado no primeiro painel da 4.ª edição da Advocatus Summit Lisboa.

Para o advogado, “o registo das marcas e patentes está bastante agilizado. Está tudo muito online e digitalizado” mas alerta que “o mais importante nas marcas não é o registo mas sim, através de profissionais, fazer a vigilância desse direito durante dez anos e ver se não há conflitos, verificar se não há cópias”.

Critica ainda a comunidade científica por ter a necessidade “de fazer publicações relativamente ao trabalho que está a fazer”, alertando que “muitas vezes mata a investigação. É mais premiado do ponto de vista académico na publicação na revista do que o registo de uma patente”.

No que toca à indústria farmacêutica, o *managing partner* da CMS, Rui Pena & Arnaut admite que “há um mecanismo de enorme recurso à proteção desta área. Basta ver a Bial que é um caso de sucesso”. Mas a investigação é um aspeto que demora muitos anos e que custa milhões e milhões de euros.

Quanto ao levantamento das patentes quanto às vacinas da Covid-19, o espe-



cialista em marcas e patentes assume que isto é uma questão política. “Esta situação do levantamento das vacinas só deve ser feita ou numa situação de monopólio ou duopólio e em que acaba por haver um encarecimento dos pedidos, quando não há distribuição dos produtos ou quando há uma retração da distribuição que ponha em causa a saúde pública”, explica José Luís Arnaut.

O advogado sublinha que o licenciamento obrigatório das vacinas da covid-19 não resolve nada. “Este efeito é o de desencorajar a investigação”.

“É preciso continuar a reforçar a produção, esse é o meu ponto”, concluiu.



No que toca à indústria farmacêutica, o *managing partner* da CMS admite que há um mecanismo de enorme recurso à proteção da área farmacêutica”

José Luís Arnaut,
managing partner
da CMS Rui Pena & Arnaut



Para o advogado,
"o registo das marcas
e patentes está
bastante agilizado.
Está tudo muito
online e digitalizado"
managing partner
da CMS Rui Pena & Arnaut

Apesar de ter noção da dificuldade que é ser Governo no tempo da pandemia, admitiu que "no tempo da Troika, isso sim, foi difícil e duro porque o engenheiro Sócrates deixou o país falido, na tanga. Não desvalorizando a situação da pandemia".

"Foi muito errado o primeiro-ministro ter querido ser simpático no Natal e isso foi mesmo um grande erro", critica o managing partner. "Mas o sistema de vacinas melhorou muito com um militar, face ao que estava a ser feito pelo ex-secretário de Estado socialista", concluiu.

A entrevista foi filmada na nova sede da CMS, situada na Rua Castilho, 50.





ID: 93496861

30-06-2021

“A DESCARBONIZAÇÃO, APESAR DE JÁ ESTAR A ACONTECER, TEM DE SER ACELERADA”, DIZ NUNO ANTUNES, SÓCIO DA MIRANDA

Texto **FREDERICO PEDREIRA**

Fotografias **HUGO AMARAL**



A primeira *talk* da Advocatus Summit foi composta por Nuno Antunes, sócio da Miranda & Associados, Ana Quelhas, *managing director* da H2BU (Business Unit for Hydrogen) da EDP Renováveis, e Luís Delgado, administrador da Bondalti. Em discussão esteve o tema “Hidrogénio e descarbonização”.

O sócio da Miranda começou por apresentar duas ideias principais de recentes documentos publicados sobre esta matéria: que a descarbonização, apesar de já estar a acontecer, tem que ser acelerado, e que o hidrogénio tem uma década para se estabelecer como contribuidor para a descarbonização.

“Até 2030, o hidrogénio terá que ser contextualizado e desenvolvido, quer no plano técnico, quer no plano económico, quer até no plano jurídico, para que seja efetivamente um contribuidor da descarbonização”, sublinhou Nuno Antunes.

“Há grandes oportunidades para Portugal pela sua localização e os recursos que tem para conseguir atingir os objetivos de descarbonização a que nos propusemos”

Nuno Antunes,

sócio da Miranda & Associados



O administrador de uma das maiores produtoras de hidrogénio em Portugal, da Bondalti, Luís Delgado, considerou que é preciso fazer bastante para chegar aos objetivos climáticos, seja em 2050 ou antes, e demonstrou quais são os da empresa. “O primeiro é termos energia renovável em toda a nossa produção até 2030. Um objetivo muito ambicioso. E depois queremos ser neutral em carbono até 2030”, explicou.

Para Luís Delgado, o hidrogénio é fundamental para o consumo e para os produtos da sua empresa e por isso necessitam que tenha uma contribuição muito relevante, tal como o amoníaco.

Ana Quelhas referiu que o compromisso da EDP com a descarbonização é “bastante claro”, tendo recentemente a empresa apresentado o plano de negócios revisto em que reforçaram a ambição com objetivos de neutralidade carbónica em 2030.

“O nosso investimento é totalmente dedicado a tudo o que sejam tecnologias coerentes com a descarbonização. Estamos a falar de um investimento de cerca de 25 mil milhões de euros neste horizonte de cinco anos”, notou.

A EDP possui um plano de desenvolvimento “completamente focado” em hidrogénio renovável, que segundo a *managing director* é o que serve para a descarbonização, e que tem como alvo de utilizar os setores onde o uso é mais eficaz de hidrogénio verde.

“Portugal e Espanha, e outras regiões do mundo, estão muito bem posicionadas para terem a ambição de serem exportadores líquidos de hidrogénio a longo prazo”, referiu.

Apesar da Península Ibérica ser reconhecida pelas suas características muito particulares nesta matéria, Luís Delgado apontou alguns desafios: necessidade de energia relevantes para fazer instalações de hidrogénio verde, necessidade de parques solares de grandes dimensões e proximidade entre a produção e o uso.

“A indústria química tem sido uma das principais indústrias a reconhecer que é preciso fazer bastante para chegar aos objetivos climáticos”

Luís Delgado,
administrador da Bondalti





ID: 93496861

30-06-2021

“AINDA ESTAMOS EM TRANSIÇÃO DIGITAL E HÁ DESAFIOS GRANDES”, DIZ GONÇALO MACHADO BORGES, SÓCIO DA MORAIS LEITÃO

Texto **FREDERICO PEDREIRA**Fotografias **HUGO AMARAL**

O painel da Advocatus Summit dedicado ao tema “Transição digital e pandemia: o futuro que se impôs”, moderado por Flávio Nunes, coordenador do ECO, foi composto por Vanda de Jesus, diretora executiva da Portugal Digital, e Gonçalo Machado Borges, sócio da Morais Leitão.

Vanda de Jesus começou por sublinhar que a transição digital vai ser permanente e que, na sua opinião, nunca mais vai acabar porque o digital está sempre incompleto. “As alterações são tantas e a inovação é tão grande que o que temos de perceber é que vamos estar sempre em transição”, referiu. Ainda assim, notou que o que se passou neste último ano, derivado da pandemia, foi uma “aceleração única”.

A diretora executiva considera que Portugal já pode ser considerado “digi-

tal”, sendo um dos países mais inovadores. “Tenho sentido um respeito e uma vontade de ouvir Portugal nas mais variadas vertentes que de facto tem de nos orgulhar e que nos traz uma grande responsabilidade também”, acrescenta.

Também o sócio da Morais Leitão acredita que ainda estamos em transição digital e que existem grandes desafios pela frente. Tendo em conta o plano de transição digital, a administração pública será um dos pilares a beneficiar de uma

alocação de verbas prioritária e Gonçalo Machado Borges considera que um dos grandes desafios será de execução.

“Como será possível pôr toda uma administração pública a funcionar de forma digital? Como é que será possível otimizar processos? Como é que será possível mudar mentalidades?”, questionou o advogado.

Gonçalo Machado Borges identificou ainda um outro desafio que tem a ver com os pilares de conectividade e com as

“Seria bom que o processo de transição acabasse por não agravar as condições de que precisam para realizar investimentos de forma rentável”

Gonçalo Machado Borges,
sócio da Morais Leitão





M MORAIS LEITÃO
L GALVÃO TELES, SOARES DA SILVA
& ASSOCIADOS



**“Temos 48%
da população que não
tem competências
digitais mínimas”**

Vanda de Jesus,
diretora executiva
da Portugal Digital



**“Há muitas PME's
cujo funcionamento e
necessidade de mudança de
mentalidades é fortíssimo e
muito importante”**

Vanda de Jesus, diretora executiva
da Portugal Digital

redes que dão suporte às transmissões de dados de alta velocidade que “permitem passarmos para um mundo cada vez mais digital”. “Vejo como desafio tentar evitar uma tentação para a regulação em excesso e evitar a identificação e o estabelecimento de soluções que possam agravar as condições de rentabilização de investimentos que são fortemente necessários ainda para que as redes exis-

tentes em Portugal possam progredir para o 5G”, explicou.

Com a pandemia o e-commerce cresceu, mas Portugal ficou atrás da média europeia. Vanda de Jesus referiu que esta é uma das áreas em que Portugal fica para trás. “É no capital humano onde nós de longe estamos mais atrás como sociedade comparado com os outros países”, sublinhou.

Sobre a “avalanche” de legislação nestas matérias, o sócio da Morais Leitão explica que é difícil. “Há um mosaico legislativo e regulatório que é complexo e cada vez mais complexo. Muito daquilo que está a surgir é de génese europeia e há uma série de outros instrumentos recentes com que as empresas vão ter de começar a lidar e a adaptar-se para implementar”, acrescentou.

Ainda assim, garante que não acredita que haja excesso de legislação, havendo antes uma sobreposição que pode suscitar dificuldades de compatibilização.



ID: 93496861

30-06-2021

"SEM APOIO DO GOVERNO, 32% DAS EMPRESAS NÃO TERIA AGUENTADO SEIS MESES", DIZ PLMJ

A talk patrocinada pela PLMJ juntou Duarte Schmidt Lino, sócio co-coordenador de Corporate M&A da PLMJ, Joaquim Shearman de Macedo, sócio co-coordenador de Resolução de Litígios da PLMJ, e João Sousa Leal, partner de Advisory da KPMG.

Texto **FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA**

Fotografias **HUGO AMARAL**

Com o tema "Reestruturações e Insolvências", a PLMJ patrocina esta talk da 4ª edição da Advocatus Summit Lisboa. Com Duarte Schmidt Lino, sócio co-coordenador de Corporate M&A da PLMJ, Joaquim Shearman de Macedo, sócio co-coordenador de Resolução de Litígios da PLMJ, e João Sousa Leal, partner de Advisory da KPMG.

Joaquim Shearman de Macedo começou por salientar que os setores do alojamento e restauração tiveram redução no volume de negócios de 96% e 76%, respetivamente. E salientou que 78% das empresas demonstraram uma redução do seu volume de negócios. E adiantou que sem as medidas de apoios do Governo, 32% das empresas não teriam aguentado estes seis meses.

As quedas das exportações e das importações de 2019 para 2020 foram de 58% e 48%. O que faz com que o sócio da PLMJ defenda que "estamos perante um panorama devastador, após esta pandemia", disse, na introdução da conversa a três.

João Sousa Leal, partner de Advisory da KPMG defendeu que "o conjunto de medidas do Governo anunciadas e aplicadas poderão dar suporte a uma retoma rápida". Em termos de M&A, João Sousa Leal admitiu que de facto, "vimos um impacto negativo nessa área" mas também vimos que os investidores assumiram "que a crise poderia ser mais conjuntural e vimos alguns investidores com alguns perfis específicos a apostarem em Portugal. E continuamos a ver no início de 2021 a ver o mesmo dinamismo", explica na talk patrocinada pela PLMJ.

Por outro lado, João Sousa Leal admite que os apoios públicos "fruto do PRR e do Portugal 20-30" não serão suficientes e por isso prevejo que o mercado de M&A tenha aqui uma fase de crescimento que nunca vimos em Portugal, porque até aqui a banca não estava preparada". Por isso, o

partner da KPMG acredita que "podemos ter um momento de viragem". "Há várias mudanças que se podem fazer na economia, nomeadamente uma regeneração, e tornar Portugal mais dinâmico e promover bons negócios".

Duarte Schmidt Lino, sócio de M&A da PLMJ, defende que o que foi implementa-

do até agora "permitiu que se aguentasse muitas aspectos como seja a tesouraria das empresas".

E salientou que há muitas empresas que continuam a operar e há setores mais marginalizados. "Tudo o que usamos na nossa vida confinada acabou por ter um aumento importante". Defendendo que



Duarte Schmidt Lino garante que "há uma parte dos problemas do setor corporativo que vem de trás".



PL
MJ



Joaquim Shearman de Macedo sublinhou que 78% das empresas demonstraram uma redução do seu volume de negócios.



João Sousa Leal, partner de Advisory da KPMG defendeu que "o conjunto de medidas do Governo anunciadas e aplicadas poderão dar suporte a uma retoma rápida".

isso "evitou um pico de aumento da taxa de desemprego".

Numa análise mais crítica, Duarte Schmidt Lino garante que "há uma parte dos problemas do setor corporativo que vem de trás". Assumindo que estas medidas preservam "a manutenção de empresas no nosso tecido que já cá não deviam estar há muito tempo. E cuja decisão já está a ser adiada há muito tempo".

"O sistema pode funcionar se se juntarem um conjunto de circunstâncias favoráveis", explica o sócio. "Esta calamidade vai gerar um aumento de situações que precisam de uma resolução. Com o aumento do fluxo que vai acontecer, isto tem de ser olhado com muita atenção e muita inteligência".



ID: 93496861

30-06-2021

“A ABORDAGEM DOS TRIBUNAIS EM MATÉRIA CONTRATUAL TEM SIDO MUITO CONSERVADORA” DIZ GONÇALO MALHEIRO, SÓCIO CONTRATADO DA ABREU ADVOGADOS

Texto **FREDERICO PEDREIRA**

Fotografias **HUGO AMARAL**



Para abordar a temática “Contratos e pandemia - resolução, suspensão e modificação dos contratos em tempos de pandemia”, Alexandra Nascimento Correia, sócia da Abreu Advogados, Gonçalo Malheiro, sócio contratado da Abreu Advogados, e Luís Castanheira Lopes, presidente do Grupo Pestana Pousadas, deixaram alguns apontamentos.

A sócia da Abreu Advogados sublinhou que com a pandemia a rede de contratos sofreu várias vicissitudes e que tiveram que ser alteradas as posições das partes no cumprimento dos contratos. “Tivemos situações em que foi impossível continuar a cumprir contratos”, acrescentou.

Um dos setores mais afetados pela pandemia foi o do turismo e o presidente do Grupo Pestana Pousadas, presente na Advocatus Summit, contou a experiência do Grupo. Luís Castanheira Lopes referiu que o setor turístico vinha a crescer sustentavelmente em Portugal desde os finais de 2014 e que o Grupo Pestana tinha previsto que em 2020 acrescentassem mais 10 hotéis aos



“Tivemos situações em que foi impossível continuar a cumprir contratos”

Alexandra Nascimento Correia,
sócio da Abreu Advogados



Abreu:
advogados

100 já existentes. Com a pandemia, a atividade parou, tanto devido ao confinamento como à falta de procura, e viram-se confrontados com situações de impossibilidade de prestação e de “honrar os compromissos”.

“Foi uma realidade para a qual nós não estávamos preparados. Uma realidade completamente diferente daquela que alguma vez se tinha estudado. Aquela não era uma crise igual a outras que o Grupo e o setor do turismo em geral já tinham enfrentado em décadas anteriores”, explicou o presidente do Grupo Pestana Pousadas.

Gonçalo Malheiro, sócio contratado da Abreu Advogados, confidenciou que com o “rebentar” da pandemia os clientes, como o Grupo Pestana, trouxeram uma realidade de crise contratual. “Tivemos desafios a dois níveis. Um primeiro interno, em termos de organização de um grupo de trabalho e de equipas que conseguissem lidar com este tipo de assuntos. Assuntos já em si difíceis, complexos e ainda para mais com uma legislação que saiu em massa logo após da pandemia”, notou. Já o segundo desafio disse respeito à relação com os clientes.

Segundo o sócio, no início da pandemia ocorreram bastantes solicitações por parte dos clientes, chegando alguns desses casos a acabar em situação de litígio.

Alexandra Nascimento Correia explicou também que perante a crise contratual houve a necessidade de olhar de novo para os contratos em execução e reanalisar as cláusulas. No caso particular do Grupo Pestana, Luís Castanheira Lopes explicou que o que fizeram foi olhar para cada contrato e, perante a nova realidade, ajustaram os mesmos. “Analisamos centenas e centenas de contratos e adotamos para cada um deles a solução mais equilibrada e de boa-fé”, sublinhou.

“Aquela não era uma crise igual a outras que o Grupo e o setor do turismo já tinham enfrentado”

Luís Castanheira Lopes,
presidente do Grupo
Pestana Pousadas



“Na maior parte dos casos foi possível chegar a um acordo e em alguns casos os assuntos recorreu-se à via judicial”

Gonçalo Malheiro,
sócio contratado da Abreu
Advogados



ID: 93496861

30-06-2021

FUNDOS EUROPEUS

"O DINHEIRO DOS FUNDOS É MUITO E QUER-SE APROVEITAR", DEFENDE SÓCIA DA VDA

Com o tema "Fundos Europeus – Novos Desafios", o painel patrocinado pela Vieira de Almeida contou com a participação de Catarina Pinto Correia, sócia da Vieira de Almeida e Gonçalo Regalado, diretor coordenador de marketing de empresas e negócios do Millennium BCP.

Texto **FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA**

Fotografias **HUGO AMARAL**

Catarina Pinto Correia começou por sublinhar que as exigências de execução dos fundos "são brutais, no PRR então são imensas até porque, se não se cumprirem as metas anuais, isso tem impacto nos fundos de aí para a frente e poderão ter consequências como a redução e suspensão desses fundos". A sócia da VdA considera que os timings são muito apertados, os projetos imensos, "o dinheiro é muito e quer-se aproveitar". A execução do PRR mais o terminar do programa quadro até 2023 e com o início do programa 21/27, tudo somado vai ser "um problema enorme". E defende ainda que se vê "em algumas medidas, que o Governo está a tentar acelerar contratações. Isto vai ser um desafio para todos os stakeholders".

Gonçalo Regalado, do Millennium BCP,

admite que "o que vamos assistir é um sinal de uma ótima recuperação e de uma retoma". Defende que os empresários já se estão a preparar para os investimentos. "Não temos dúvida que há vontade das empresas a uma retoma positiva e progressiva". Para o diretor coordenador do BCP, "o grande desafio é sermos o motor da retoma e estar ao lado dos empresários que significa facilitar-lhes a vida: adiantar incentivos de forma estruturada, avaliar os capitais alheios que os projetos

precisam e garantir aos empresários que terão o tempo necessário para que executem e comecem a pagar depois dessa execução". Sublinhado que só no BCP já financiaram mais de 2200 projetos, com mais de 2110 milhões de euros, nos últimos cinco anos. "Sabemos que os empresários e empresas estão preparadas. E é preciso que o Governo e autoridades tenham um papel de colaboração. O principal desafio é o planeamento e a execução".

Catarina Pinto Correia disse ainda

"Uma definição clara do que são os critérios de elegibilidade, os requisitos, será muito importante e é uma das partes que nós fazemos enquanto assessores jurídicos",

Catarina Pinto Correia,
sócia da VdA





"Mas também precisamos de investimento público. O grande desafio é servir os nossos clientes mas também o país. O grande trabalho é executar",

Gonçalo Regalado,
diretor coordenador do BCP

que deve haver um planeamento/anticipação do que está previsto sair. "E isso faz candidaturas de sucesso. Uma definição clara do que são os critérios de elegibilidade, os requisitos, será muito importante e é uma das partes que nós fazemos enquanto assessores jurídicos".

Gonçalo Regalado disse ainda que "Portugal tem trinta meses para executar os incentivos e o país não tem muito tempo para alongar decisões. O que está a ser desenhado pelo Governo é um modelo de aceleração, para começar a trabalhar ativamente a partir de setembro".

"Portugal tem trinta meses para executar os incentivos e o país não tem muito tempo para alongar decisões"

Gonçalo Regalado,
diretor coordenador do BCP

E avançou ainda que estamos à espera que 5700 milhões de euros estejam dedicados para a economia privada. "Mas também precisamos de investimento público. O grande desafio é servir os nossos clientes mas também o país. O grande trabalho é executar".

Catarina Pinto Correia concluiu que os mecanismos de controle das práticas anti -corrupção, fraude, duplicação de financiamentos "é também uma grande preocupação. E há uma exigência de implementar desses mecanismos por parte das entidades europeias".



ID: 93496861

30-06-2021

“HÁ GRANDES INVESTIDORES A FAZER PRESSÃO PARA AS EMPRESAS SEREM MAIS VERDES”, DIZ LUÍS NEVES, CEO DA GESI

Texto **FREDERICO PEDREIRA**

Fotografias **HUGO AMARAL**

Numa *talk* relativa à sustentabilidade e obrigações verdes, Manuel Requicha Ferreira, sócio da Cuatrecasas, Ana Spratley, Head of Corporate & Investment Banking do BPI, e Luís Neves, CEO da Global Enabling Sustainability Initiative, analisam esta temática que é um dos tópicos do topo da agenda da maioria das empresas e dos investidores.

O CEO da Global Enabling Sustainability Initiative, uma organização empresarial que trabalha na interseção da sustentabilidade com a tecnologia, começou por referir que as empresas tecnológicas têm muito a ganhar com o investimento na sustentabilidade.

“Há dois tipos de responsabilidade. Uma que é a social das empresas, que fazem parte do ecossistema e têm de dar o seu contributo social. Depois há a outra componente que é a do negócio. As tecnologias são aquilo que nós chamamos de *enablers*. As tecnologias digitais permitem aos outros setores de atividade ser mais eficientes”, explicou Luís Neves.

Segundo o CEO, o investimento em tecnologias gera benefícios para as próprias empresas, que desenvolvem soluções e que as vendem, quer para os compradores, que ao adquirirem tecnologias digitais passam a ser mais eficientes.

Já no caso do BPI, uma das principais instituições financeiras do país, Ana Spratley assegurou que o banco tem feito muito na área da sustentabilidade e que o caminho é “fazer cada vez mais”. “Tanto o BPI como o Grupo Caixabank têm a sustentabilidade como um dos pilares estratégicos para o crescimento e para o futuro”, sublinhou.

A Head of Corporate & Investment Banking do BPI explicou que no banco, tanto ao nível da responsabilidade social como em termos de sustentabilidade, vê-se que há um compromisso muito forte. “O Grupo tem sido dos principais a apostar em obrigações verdes. Até maio de 2011, o Grupo Caixabank tinha tomado no seu



“Há muito a ideia no público de que obrigações verdes são só para ser emitidas por empresas do setor renovável”

Manuel Requicha Ferreira,
sócio da Cuatrecasas



CUATRECASAS



“As tecnologias digitais permitem aos outros setores de atividade serem mais eficientes”

Luis Neves,
CEO da Global Enabling
Sustainability Initiative



“Tanto o BPI como o Grupo Caixabank têm a sustentabilidade como um dos pilares estratégicos para o crescimento e para o futuro”

Ana Spratley,
Head of Corporate &
Investment Banking
do BPI

balanço cerca de 14 biliões de euros em emissões verdes e sustentáveis e tinha participado como *bookrunner* em operações de mais de 29 biliões de euros”, referiu.

Relativamente ao *feedback* dos clientes, Ana Spratley sublinhou que cada vez mais têm abertura para a sustentabilidade.

Luis Neves sublinhou que existe também uma grande pressão externa dos investidores para que as empresas sejam mais verdes. “Investir em energias verdes é um *win-win* claramente”, acrescenta. Ainda assim, o CEO da GESI acredita que ter objetivos a 2050 é uma “perfeita loucura”.



ID: 93496861

30-06-2021

"NÃO HÁ DÚVIDA QUE A CPAS TEM DE SER MAIS ASSISTENCIALISTA", DIZ CHAIRMAN DA PRA

Sob o mote "Transparência fiscal e sociedades multidisciplinares", Pedro Raposo, chairman da PRA-Raposo, Sá Miranda & Associados, foi entrevistado por Filipa Ambrósio de Sousa, diretora da Advocatus.

Texto **FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA**

Fotografias **HUGO AMARAL**

O ex-managing partner e agora Chairman da sociedade, defende que o regime da transparência fiscal para as sociedades de advogados não faz sentido atualmente. "É um regime penalizador porque obriga sempre à taxação direta", sublinhando que "é um regime diferenciador que não faz qualquer sentido. Por isso é que se propõe que exista um regime misto porque só faz sentido, tal como está, entre sociedades mais pequenas. E não existe mais nenhuma atividade com estas regras por isso é que é um regime de concorrência desleal", explica o advogado na entrevista dedicada ao tema da transparência fiscal. E admitiu que há falta de vontade política e que "tudo o que são alterações fiscais são sempre complicadas".

Sob o mote "Transparência fiscal e

sociedades multidisciplinares", Pedro Raposo, chairman da PRA-Raposo, Sá Miranda & Associados, foi entrevistado por Filipa Ambrósio de Sousa, diretora executiva da Advocatus, numa entrevista integrada na 4ª Advocatus Summit de Lisboa.

Já no que toca à multidisciplinaridade, admite não ter uma "certeza absoluta". Considera que deve haver separação de áreas -- advocacia/auditoras -- por uma questão de confiança e de segurança jurídica. E, porque assim, se confere um grau muito superior de independência. "O facto de sermos entidades diferentes, confere um grau de segurança". E concluiu: "não é por acaso que a advocacia é uma profissão regulamentada, porque prossegue um fim público e não faz sentido estar a misturar".

O tema da Caixa de Previdência de Advogados e Solicitadores (CPAS) também foi incluído na conversa, numa altura em que o referendo sobre a possibilidade de escolher entre este ou o regime geral da Segurança Social está prestes a acontecer. "Acho que todos estamos de acordo que é necessário haver uma maior assistência por parte da CPAS". O advogado defende que o ideal era fazê-lo dentro da caixa mas para isso é preciso adicionar "um regime contributivo que assente no regime solidário da assistência. E aí devemos ter uma contribuição em função dos rendimentos de cada um".

"Estamos de acordo que a CPAS tem de ser mais assistencialista"





rapa
Raposo, Sá Miranda
& Associados
Sociedade de Advogados, SP, RL



Criticando o regime que está vigor, Pedro Raposo defende que "temos a CPAS a tentar tornar-se mais assistencialista mas com o estado das coisas não o faz de forma completa".

Quanto ao voto no dia do referendo, "devemos ficar na CPAS, sem dúvida mas admito que este referendo teve já o mérito que foi o de colocar a Ordem a discutir isto. No entanto, eu gostava de continuar a ter essa Caixa de Previdência". E relembra que as características da profissão, o facto de serem profissionais liberais "é a essência da profissão. Este é um elemento fundamental da profissão porque gera a capacidade de dizer que não e isso não tem valor".

“O facto de sermos profissionais liberais é a essência da profissão. Este é um elemento fundamental da profissão porque gera a capacidade de dizer que não e isso não tem valor”.



ID: 93496861

30-06-2021

“CULTURAL E TECNOLÓGICAMENTE AVANÇAMOS DE UMA FORMA TAL QUE SE TORNA IMPOSSÍVEL CUMPRIR O DIREITO A DESLIGAR”, DIZ DIZ ANA LUÍSA BEIRÃO, SÓCIA DA SRS

Texto **FREDERICO PEDREIRA**

Fotografias **HUGO AMARAL**

Num painel relativo ao teletrabalho e a direito a desligar, Ana Luísa Beirão, sócia da SRS Advogados, e Francisco Fernandes, *partner* da área de recursos humanos da Moneris, analisaram o panorama atual e deixaram algumas notas para o futuro. A moderação ficou a cargo de Frederico Pedreira, jornalista do ECO/Advocatus.

Foi há mais de um ano que o país parou e a população foi obrigada a permanecer em casa e a passar a adotar o espaço pessoal como local de trabalho. A adoção do regime de teletrabalho passou de ser uma possibilidade escassa dentro das empresas para se tornar uma imposição legal. Ao contrário de outros países, em Portugal o trabalho remoto já se encontrava regulado, mas será que a lei estava preparada para a mudança de paradigma de um dia para o outro?

Ana Luísa Beirão considera que não estava totalmente preparada, mas um ano e meio depois acredita que a legislação deu uma resposta bastante capaz aos desafios lançados pela pandemia. “Quando a pandemia se instalou as empresas tiveram que, adaptando-se muito rapidamente do ponto de vista tecnológico, agarrar-se àquilo que a lei já previa”, nota a sócia da SRS Advogados.

Sobre as compensações ao trabalhador, ou as chamadas ajudas de custo, a advoga-

da sublinha que o empregador não tem de suportar essas despesas, estando apenas previsto que deva haver um acordo entre as partes relativamente ao pagamento. “Não há uma previsão ainda concreta, existe só relativo ao subsídio de alimentação”, sublinha.

Francisco Fernandes acredita que globalmente a resposta dos trabalhadores e das empresas ao teletrabalho foi muito positiva e partilhou o seu caso na Moneris. “Nós já trabalhávamos e incorporávamos

“É muito importante conseguirmos perceber não apenas por gerações o que elas pretendem, mas por indivíduo como é que ele se sente bem”

Francisco Fernandes,
partner da área de recursos humanos da Moneris





moneris

SRS

ADVOGADOS


“Foi necessário um grande esforço do tecido empresarial português para adaptação dos meios informáticos de que dispunham no momento à nova realidade”

Ana Luísa Beirão,
sócia da SRS Advogados

no nosso processo de trabalho ferramentas tecnológicas. Mas não estávamos efetivamente a utilizar de uma forma massiva ferramentas como as videoconferências”, referiu.

Segundo o *partner* da área de RH da Moneris o Grupo não está tão focado no tempo mas mais nos resultados que são entregues.

Sobre o direito a desligar, a sócia da SRS Advogados assegura que não sabe se existe uma lacuna na lei ou se estamos desfasados do ponto de vista cultural e jurídico. “Culturalmente e tecnologicamente avançamos de uma forma tal que se torna

impossível cumprir a lei. Porque estamos num mundo tecnologicamente evoluído”, acrescenta. Ainda assim, sublinha que a lei está desatualizada mas não sabe se precisará de ser mudada.

“Tenho um cliente, que faz parte de um grupo internacional, que a partir das 20h os seus servidores não enviam emails de natureza profissional. Ficam retidos e são enviados na manhã seguinte”, exemplifica. Para Ana Luísa Beirão, a lei portuguesa é bastante rigorosa no que respeita ao registo do tempo de trabalho.

Francisco Fernandes garantiu que os trabalhadores da Moneris têm o direito à desconexão e que a empresa possui um manual de boas práticas. “O que temos feito na Moneris é criar *backups* que possam substituir uma pessoa que se encontre de férias, criar rotinas e processos que sejam standardizados, automatizados e que haja a capacidade de outras pessoas acederem àquele trabalho e dar continuidade. Porque isso é a melhor forma de dar descanso a alguém que quando está fora do seu trabalho não tenha o sentimento moral de dar uma resposta”, acrescenta.



“SÓ TERÁ FUTURO O QUE É SUSTENTÁVEL”, DIZ MOURINHO FÉLIX

Com o tema “As escolhas sustentáveis das empresas”, a 4ª edição da Advocatus Summit Lisboa recebeu Ana Luísa Guimarães, sócia da Sérvulo, Vera Pinto Pereira, administradora executiva da EDP e CEO EDP Comercial, e Ricardo Mourinho Félix, vice-presidente do BEI.

Texto **FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA**

Fotografias **HUGO AMARAL**

Ana Luísa Guimarães começou por assinalar que quando se fala das escolhas de empresas “falamos das escolhas das pessoas”. E, portanto, em última análise, “quem beneficia do programa de sustentabilidade são as pessoas”. E sublinhou, em início de conversa, que Portugal já está a viver de crédito ambiental desde o dia 13 de maio, com uma pegada ecológica cada vez mais pesada. Porém, admitiu que a maioria dos portugueses está comprometida com a sustentabilidade (97% responderam que tem preocupações com a fonte de energia que consome).

Vera Pinto Pereira, administradora executiva da EDP e CEO EDP Comercial, explicou que “a sustentabilidade faz parte da EDP, não é uma coisa só de agora. Passámos de 20% de fontes renováveis em 2005 para os 80% atuais”. E avançou que, porque há vontade de aderir a esta transição energética, o compromisso de nos próximos cinco anos é o de fazer a instalação de 2 GW de geração solar em clientes residenciais e empresas. “Asseguramos 40 mil pontos de carregamento para veículos elétricos. Portanto teremos um compromisso redobrado. Mas esta sustentabilidade está também na forma como queremos executar essa transição”.

O vice-presidente do Banco Europeu de Investimento (BEI), Ricardo Mourinho Félix, explicou que o banco assumiu os objetivos

da UE e a transição digital e a transição verde são prioridades. “O BEI enquanto banco do clima assume-se desde há muito tempo. Em 2007 foi a primeira vez que se emitiu as primeiras green bonds”. Esta ideia era uma ideia ingénua, hoje é absolutamente claro que este é o futuro e que só terá futuro o que será sustentável (financeiro, económico mas também atentar à sustentabilidade ambiental e social).

Ricardo Mourinho Félix defendeu ainda que “temos todos de ter a noção clara que

o setor público não será suficiente para a transição verde. Investimento privado de empresas inovadoras é essencial. E com apostas em três prioridades: eficiência energética, energias renováveis mas também novas tecnologias de produção de energia”.

A administradora da EDP concluiu que “o futuro dependerá da nossa competitividade, da nossa capacidade de nos diferenciar. Essa deverá passar por digitalização das empresas, capacidade de inovar e a sustentabilidade que é já incontornável. Este



**“Portugal já está a viver
de crédito ambiental
desde o dia 13 de maio,
com uma pegada
ecológica cada vez mais
pesada.”**

Ana Luísa Guimarães,
sócia da Sérvulo



Sérvulo

Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, SP, RL



“O futuro dependerá da nossa competitividade, da nossa capacidade de nos diferenciar.”

Vera Pinto Pereira,
administradora executiva da
EDP e CEO EDP Comercial



"Para nós, BEI, é muito importante dizer às empresas que estamos disponíveis com liquidez e com capital também."

Ricardo Mourinho Félix, vice-presidente do Banco Europeu de Investimento (BEI),

PRR prevê verbas de grandes dimensões e é preciso que as empresas as usem nestas frentes. E não resolver os problemas do passado". Mourinho Félix sublinhou ainda que o BEI tem estado a ajudar as empresas, já que do financiamento de 2 mil e 330 milhões de euros canalizados para as empresas em Portugal, cerca de mil milhões de euros foram feitos pelo FEI para ajudar empresas a superar as dificuldades. "Para nós, BEI, é muito importante dizer às empresas que estamos disponíveis com liquidez e com capital também. No fundo vitaminar as empresas. Estamos disponíveis a ajudar as empresas a fazerem caminho a médio e longo prazo", disse.



ID: 93496861

30-06-2021

“VAI HAVER ESSA TENSÃO ENTRE SOBERANIA MONETÁRIA E DESMATERIALIZAÇÃO DA MOEDA”, DIZ PEDRO LOMBA, SÓCIO DA PLMJ

Texto **FREDERICO PEDREIRA**

Fotografias **HUGO AMARAL**

Paulo Moutinho, editor executivo do ECO, moderou o painel que contou com a participação de Armando Serapicos, Tax Manager da Moneris, Pedro Cruz Gonçalves, advogado sénior da Morais Leitão, e Pedro Lomba, sócio da PLMJ. O tema em destaque foi a fiscalidade na economia digital - desafios da regulação e da tributação.

Armando Serapicos começou por referir que nos últimos anos tem existido um aumento exponencial das criptomoedas e que as pessoas estão a aderir. “Apesar de não ser efetivamente uma moeda e não estar garantida por nenhum banco central, as pessoas confiam nesse ativo”, explicou.

O Tax Manager da Moneris alertou que os novos ativos desmaterializados têm os riscos e para que as pessoas estejam atentas. “Uma coisa é ter uma conta bancária com um cartão de débito ou de crédito que tem um saldo de uma moeda que é garantida, outra coisa é ter uma carteira digital que tem lá criptomoeda. De moeda só tem mesmo o nome porque de resto já não é bem assim”, acrescentou.

Para o sócio da PLMJ, Pedro Lomba, ainda não se sabe bem o futuro das criptomoedas e que a economia digital precisa que as pessoas confiem nas moedas virtuais. “Entramos numa esfera completamente desmaterializada, *smart shopping*, de contratação automatizada, e eu não posso ver

ninguém”, sublinha.

“Vai haver essa tensão entre soberania monetária, que sempre foi uma coisa importante para os estados, e desmaterialização/virtualização da moeda”, acrescentou Pedro Lomba.

Já Pedro Cruz Gonçalves acredita que estamos a assistir à realidade a impor-se de forma unilateral à teoria, porque a evo-

lução tecnológica tem o efeito de potenciar o bom e o mau. “Ao falarmos nesta lógica descentralizada e desmaterializada o que acontece é que os quadros clássicos, nomeadamente ao nível do direito, não suportam a evolução rápida da realidade”, notou.

O advogado sénior da Morais Leitão referiu que a nível da tributação estamos perante um desafio, uma vez que o que

“Estamos a passar para uma nova fase em que o mundo offline é o único que existe”

Pedro Lomba,
sócio da PLMJ





moneris



“A evolução tecnológica tem aquele efeito de potenciar o bom e o mau”

Pedro Cruz Gonçalves,
advogado sénior da Morais Leitão



“Ter uma criptomoeda não é a mesma coisa que ter um depósito à ordem no banco”
Armando Serapicos,
Tax Manager da Moneris

temos é um quadro clássico e estático por contraposição a uma realidade digital que apresenta um quadro mais dinâmico. “Se os quadros típicos do direito, nomeadamente do direito tributário, não conseguem suportar a nova realidade, o que temos de assumir é “o que é que está aqui em causa?” e o que está em causa é a apreensão da criação de riqueza”, acrescentou.

Para o advogado o maior desafio neste momento é perceber como é que os blocos reagem à necessidade de adaptar as suas normas.



ID: 93496861

30-06-2021

BANCA HAVERÁ UM BOOM DE NPL'S NO FIM DAS MORATÓRIAS?

Com o tema "Banca, NPLs e o pós-pandemia", a 4ª edição da Advocatus Summit Lisboa encerra com Rafael Lucas Pires, sócio da SLCM a moderar uma conversa com Francesco Franco, senior adviser da LX Partners e Miguel Manso, Risk Officer do BCP.

Texto **FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA**

Fotografias **HUGO AMARAL**

Francesco Franco, da LX Partners, defendeu um óbvio crescimento de Non Performing Loans (NPL) já que fomos confrontados com uma crise gigantesca, com o PIB a descer 7,7% em 2020. "E portanto é expectável um aumento de NPL. A questão do tempo que pode demorar é mais difícil de saber", explicou. "Há algumas diferenças grandes do tempo da Troika. O choque económico em 2009, 2010, 2011 e 2012 corresponde à descida do PIB de agora", sublinhou o professor da Nova SBE. "Mas diria que a banca entrou nesta crise muito mais forte e preparada. E as medidas de política económica da Europa e Portugal (moratórias ou as garantias estatais dadas aos créditos) vão influenciar o mercado de NPL no próximo semestre".

Miguel Manso, Risk Officer do BCP, admite que é expectável que o volume de novas entradas em NPL aumente, "mas coisa diferente é se vamos ter um boom de NPL no fim das moratórias e isso acho que não vai acontecer. O incumprimento que é o fator possível atingido por via da moratória não é o único fator para marcar um caso como NPL e por isso não antecipo um boom".

O senior adviser da LX Partners e pro-

fessor de economia da NOVA SBE defendeu que a composição setorial das carteiras de NPE que vão chegar ao mercado vão refletir os NPL causados pela pandemia. "Há uma composição setorial muito específica. Os números assustam: hotelaria e restauração são mais de 50% dos créditos que estão em moratória", sublinha Francesco Franco.

Já Miguel Manso sublinhou que "claramente que há uma série de setores como o turismo e restauração afetados mas também há outros tal como alguns exportadores ou setores associados a imobiliário comercial - como lojas e centros comerciais - e isso pode mudar um pouco a composição das carteiras a vender".

Que efeitos a crise pode ter no apetite



"Há algumas diferenças grandes do tempo da Troika. O choque económico em 2009, 2010, 2011 e 2012 corresponde à descida do PIB de agora",

Francesco Franco,
senior adviser da LX Partners



slcm

SERRA LOPES, CORTES MARTINS // ADVOGADOS

“Há uma série de setores como o turismo e restauração afetados mas também há outros tal como alguns exportadores ou setores associados a imobiliário comercial”,
Miguel Manso,
 risk officer do BCP



A 4ª edição da Advocatus Summit Lisboa encerrou com Rafael Lucas Pires, sócio da SLCM a moderar o debate dos NPL's

do investidor?, questionou Rafael Lucas Pires, sócio da Serra Lopes, Cortes Martins & Associados. "Em 2020 tivemos um gap do que o investidor queria e o que a banca podia ter vendido, explicou Francesco Franco.

Miguel Manso adiantou que ainda há investidores com interesse, "mas é claro que tivemos e ainda temos alguma incerteza sobre os tempos de recuperação, quando estamos a falar de créditos judiciais porque o sistema de justiça também parou. Mas não acredito que haja menos apetite por parte dos investidores", concluiu.



06

ADVOCATUS SUMMIT LISBOA

Após três edições em Lisboa e uma na cidade do Porto, a Advocatus Summit esteve de volta à capital portuguesa para uma edição mais digital. Transmitida via online, contou com doze painéis com a participação e patrocínio das principais sociedades de advogados a operar em Portugal.



ID: 93496861

30-06-2021

127

Diretor: António Costa
Diretora executiva: Filipa Ambrósio de Sousa
Mensal | Ano VIII | JUNHO 2021 | 5 euros
advocatus.pt

Powered by eco.pt

advocatus



PÓS-PANDEMIA

ADVOGADOS e EMPRESÁRIOS em REFLEXÃO PÓS-COVID.
NPL, SUSTENTABILIDADE, TRANSIÇÃO
DIGITAL e FUNDOS EUROPEUS em DEBATE.

